

# A PRODUÇÃO INDÍGENA NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR<sup>1</sup>

Elizabeth Maria Beserra Coelho<sup>2</sup>

Sergio César Corrêa Soares Muniz<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A presença indígena em cursos universitários no Brasil inicia-se no final dos anos 1980 e se intensifica consideravelmente no começo dos anos 2000. Contribuíram para esse crescimento a implantação de ações afirmativas de âmbito educacional específicas para Povos Indígenas, formalizadas em 2012 e a criação das chamadas Licenciaturas Interculturais.

De acordo com Paladino (2013), no final de 1990 a educação superior indígena não fazia parte da agenda de governo. Embora havendo estudantes indígenas sendo graduados nesse período, em geral lideranças de movimentos indígenas, a agenda governamental estava voltada para a implantação de escolas de ensino básico em seus territórios.

Com a continuidade da formação escolar dos indígenas, várias universidades públicas e privadas passaram a estabelecer convênios com a Fundação Nacional do Índio-FUNAI para garantir o acesso desses estudantes ao Ensino Superior. A UnB foi uma das primeiras a firmar convênio com a Funai e o Ministério da Educação (MEC). A partir de 2004, o Programa Universidade Para Todos (Prouni), do governo federal, passou a ser uma alternativa para viabilizar o acesso dos indígenas às instituições de ensino superior privadas.

Nos dias atuais, o ingresso de indígenas no ensino superior ocorre em grande parte por meio dos cursos específicos, como o Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), criado pelo Ministério da Educação- MEC, que objetiva atender a necessidade de formação diferenciada para professores indígenas. O ingresso por vagas

---

<sup>1</sup> “Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020”.

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade Federal do Maranhão, nos programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas.

<sup>3</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão.

especiais ou suplementares em cursos regulares tem sido outro caminho que vem permitindo o crescimento do número de indígenas no ensino superior.

Há cerca de uma década Baniwa e Hoffmann (2010) estimavam haver cerca de 6.000 estudantes indígenas no ensino superior e 100 na pós-graduação. O censo da educação superior do Ministério da Educação, divulgado em 2017, mostra que o número de indígenas matriculados no ensino superior em instituições públicas e privadas cresceu 52.5% de 2015 para 2016, passando de 32.147 para 49.026.

Interessante observar que as primeiras iniciativas para implantar sistema de cotas no ensino superior ocorreram em universidades estaduais. Inicialmente, em 2001, foram as universidades estaduais do Paraná. Em seguida, a Universidade Estadual do Mato Grosso, ambas anteriores à Lei de Cotas de 2012. Neste mesmo ano foi deflagrado o ordenamento legal que previa outra possibilidade de acesso dos índios ao ensino superior, a Lei 10.072 de 2001 que aprovou o Plano nacional de Educação e a Lei 12.416 sobre as diretrizes da Educação Nacional. Na esfera federal, a primeira universidade a implantar o sistema de cotas foi a de Brasília-UNB, em 2004.

Em 2012, a Lei 12.711 torna obrigatória a abertura de vagas em sistema de cotas nas Instituições Federais de Educação. Mas como apontamos antes, algumas universidades já vinham implantando o acesso dos indígenas por vagas reservadas ou suplementares. Esse foi o caso também da Universidade Federal do Maranhão, que em 2007 instituiu sua política de cotas para negros e índios no vestibular.

Seguindo a tendência observada em nível nacional, em 2016, a Universidade Estadual do Maranhão -UEMA, iniciou um curso de Licenciatura Intercultural para Professores Indígenas da Educação Básica (LIEBI), ainda em curso com sua primeira turma.

Esse novo cenário vem propiciando mudanças nos quadros institucionais no ensino básico e superior, com o ingresso de professores indígenas já formados em nível de pós-graduação. A presença de indígenas na academia tem provocado desdobramentos epistemológicos no âmbito da etnologia brasileira. Estamos diante de novos parceiros intelectuais que se deslocaram de objeto de estudo ao lugar de pesquisadores e produtores de conhecimento.

O acesso ao ensino superior em nível de graduação e pós-graduação tem favorecido a produção acadêmica indígena por meio de artigos, monografias, dissertações e teses. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir acerca da dinâmica desses

“desdobramentos epistemológicos” à luz das experiências acadêmicas de alguns povos indígenas do Maranhão partícipes do processo de formação gestado pela LIEBI da UEMA, como já colocado anteriormente. A produção acadêmica indígena a ser analisada nessa comunicação se deu no contexto do VII Seminário Temático Timbira, realizado em parceria pelo Grupo de Pesquisas Estado Multicultural e Políticas Públicas (GPEMPP) da UFMA, Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades (LIDA) da UEMA e LIEBI.

## **INTELECTUAIS INDÍGENAS?**

Rodrigues (2019) considera importante esclarecer que o intelectual indígena pode ser definido como alguém que possui tanto o conhecimento tradicional da oralidade, de métodos ancestrais, quanto o conhecimento ocidental, que tem status de científico. Ao ingressar nas universidades, os intelectuais promovem novas discussões e debates sobre como enxergar o conhecimento a partir de diferentes pontos de vista e culturas.

A intelectualidade indígena, em sua condição de sujeito, é caracterizada sua compreensão analítica dos processos e situações que estão ao seu redor, que lhe permite conjecturar e comparar passado, presente e futuro. Essa intelectualidade, portanto, não é acionada, mas está presente em todas as situações existenciais e é reformulada em relações interculturais e intercientíficas (NASCIMENTO, 2017).

No Brasil pouco se tem produzido sobre o intelectual indígena. Os trabalhos em grande parte restringem-se basicamente a analisar o ingresso dos indígenas nas instituições de ensino superior, as implicações de sua presença nas universidades e as condições de permanência nessas instituições. Cabe destacar Bergamaschi (2014) que apresenta a emergência desse tipo de intelectual, tomando como referência os povos Kaingang e Guarani. Considera em sua análise a perspectiva de professores, estudantes, lideranças tradicionais, velhos e sábios, que acompanharam o processo educacional desses povos, bem como a presença indígena na universidade, nos cursos de graduação e pós-graduação.

Lisboa (2017) reflete sobre a concepção que os intelectuais indígenas possuem a respeito dos conhecimentos e práticas de ensino não indígenas. Aborda a interpretação desses intelectuais acerca da apropriação dos saberes não indígenas para a emancipação dos povos originários. Toma como referência as experiências da educação indígena no

estado de Roraima, inclusive em nível superior, sobretudo dos povos Macuxi e Wapichana.

Gersem Baniwa afirma que para ser um “intelectual indígena” não é imprescindível ser “escolarizado ou intelectualizado no campo acadêmico como a denominação sugere” (LUCIANO, 2011, p. 171). Há intelectuais indígenas no Brasil que não vivenciaram os processos de escolarização formal e constroem um pensamento intelectual bem articulado e coerente com sua experiência indígena. Esse é o caso de Davi Kopenawa, que afirmou:

Não sou um ancião e ainda sei pouco. Entretanto, para que minhas palavras sejam ouvidas longe da floresta, fiz com que fossem desenhadas na língua dos brancos. Talvez assim eles afinal as entendam, e depois deles seus filhos, e mais tarde ainda, os filhos de seus filhos. Desse modo, suas ideias a nosso respeito deixarão de ser tão sombrias e distorcidas e talvez até percam a vontade de nos destruir” – Davi Kopenawa (2015, p. 76).

Bruce Albert publicizou o discurso de Kopenawa, desenhando suas palavras na língua dos brancos.

Outros intelectuais indígenas falam do lugar do protagonismo militante, também não necessariamente encerrados nas universidades ou produto de qualquer grau de educação formal. O livro “El discurso índio em America Latina” (FÉLIX, 2005), traz a público documentos escritos por líderes de organizações indígenas ou intelectuais indígenas que tiveram acesso à universidade e, também, de autoria de líderes espirituais, os intelectuais tradicionais, ao estilo Kopenawa.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas com o objetivo de publicizar as produções indígenas no Brasil. Uma delas foi conduzida pelo Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (CINEP), ao lançar a série Saberes Indígenas. Em 2010 foram publicadas sínteses de três dissertações de mestrado, defendidas entre 2008 e 2010 e duas teses de doutorado defendidas entre 2009 e 2010.

Neste texto, fazemos uma análise inicial de parte do material que vem sendo produzido por indígenas falantes de línguas Timbira, em sua maioria alunos da Licenciatura Intercultural da UEMA. Trata-se, portanto, do tipo de intelectual indígena cuja trajetória tem se dado pela escolarização formal. Tratamos aqui do discurso de intelectuais indígenas, que em grande parte são professores em suas aldeias. Os trabalhos analisados foram apresentados no contexto do VII Seminário Temático Timbira<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup>Trata-se de um evento científico, regular, com abrangência e repercussão no Brasil e nos Estados Unidos, cuja realização é de responsabilidade do Grupo de Pesquisa Estado Multicultural e Políticas Públicas,

ocorrido em janeiro de 2019, em São Luís. É importante destacar que os textos foram escritos em português, o que indica a sobreposição dessa língua sobre as línguas indígenas.

A edição 2019 do Seminário Timbira, intitulada “**Por uma nova geopolítica do conhecimento: saberes timbira e sobre os timbira**”, teve como novidade a articulação com o curso de Licenciatura Indígena, que está sendo desenvolvido pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Essa articulação visou fortalecer essa iniciativa e abrir um espaço para que os cursistas se envolvessem diretamente na organização e nas atividades do seminário, juntamente com os demais pesquisadores. Seu grande objetivo foi repensar a geopolítica do conhecimento, abrindo espaço para a descolonização do saber.

Na apresentação do VII Seminário Timbira foi afirmado seu objetivo de fortalecer mais um espaço para o desenvolvimento de habilidades necessárias para formação acadêmica, bem como o compromisso com a realidade social. Nesta VII edição, o número de participantes indígenas foi quantitativamente maior e culturalmente mais diversificado, pois contou com os cursistas da LIEBI tanto os que são timbira, como os que não o são, possibilitando uma ampliação da rede de pesquisadores indígenas e não-indígenas, que se formou ao longo dos anos da realização do evento.

O evento contou com a participação de noventa pessoas, sendo setenta delas pertencentes aos povos indígenas *Memortumre/ Canela, Krikati, Pyhcop'catiji* -Gavião e *Apinagé*, de língua timbira, e os *Tentehar*, de língua Tupi. Os demais eram pesquisadores da UFMA, da UEMA e do UNICEUMA, da UFMG e da William and Mary College - USA.

No total foram apresentados 34 trabalhos, sendo 11 de autoria timbira. A maioria dos trabalhos foi produzida em co-autoria e por alunos da LIEBI. Considerando os

---

vinculado aos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da UFMA, Cidade Universitária Dom Delgado, de pesquisadores dos campi da UFMA em Grajaú e São Bernardo e da Timbira Research and Education Foundation, Washington-USA. Tem por objetivo a interação de graduandos e pós-graduandos, de pesquisadores indígenas e não indígenas, de instituições de ensino e pesquisa maranhenses, bem como pesquisadores de outros estados do Brasil e de outros países. A edição de 2019, intitulada: “Por uma nova geopolítica do conhecimento: os saberes indígenas e sobre os indígenas” realizado de 30/01/2019 a 01/02/2019 e financiado através do Edital FAPEMA Nº 06342/18 AREC.

trabalhos em co-autoria o número de autores timbira relacionado a produção dos 11 trabalhos acima referidos atinge 19.

A apresentação dos trabalhos ocorreu nos três Grupos de Trabalho descritos no quadro a seguir:

Quadro nº1 Grupos de Trabalho do VII Seminário Temático Timbira

<b>GT</b>	<b>Título</b>
01	Escolarização e povos indígenas
02	Território e meio ambiente
03	Saberes indígenas: mitos, rituais e festas

No quadro abaixo estão discriminados os títulos dos trabalhos apresentados em cada GT.

Quadro nº 2 Trabalhos apresentados pelos Timbira no VII Seminário e GT

<b>Grupo de trabalho</b>	<b>Título do trabalho</b>	<b>Povo</b>
Escolarização e povos indígenas	Escola, meio ambiente e conhecimentos: formas de aprender e ensinar na teoria e na prática entre os Apinajé.	<i>Apinagé</i>
	O uso da língua indígena/kanela e da língua portuguesa na aldeia Escalvado	<i>Kanela</i>
	Mapeamento sociolinguístico da aldeia São José/povo Krikati	<i>Krikati</i>
	Mapeamento sociolinguístico do território indígena Governador	<i>Pyhcop'catiji</i>
Território e meio ambiente	Meio ambiente: o lixo na aldeia velha	<i>Memortumré</i>
	Água fonte de vida	<i>Pyhcop'catiji</i>
	Diabetes na aldeia escalvado – povo canela	<i>Memortumré</i>
Saberes indígenas: mitos, rituais e festas	Resguardo do povo gavião	<i>Pyhcop'catiji</i>
	As transformações históricas no ritual de <i>Ruurut</i> : aspectos etnográficos do cerimonial de iniciação de jovens indígenas <i>Pyhcop'catiji</i> /gavião	<i>Pyhcop'catiji</i>
	<i>Tep jarikwa</i> : “a festa do peixe” entre os canela da terra indígena Memõrtumre – Ma	<i>Memortumré</i>
	Cacique guerreiro: a história de Francisco Milhomem	<i>Krikati</i>

Cabe destacar que no GT Escolarização e povos indígenas três trabalhos são voltados para o mapeamento linguístico das aldeias onde vivem os autores. Um deles, realizado pelos *Memortumré*, buscou identificar aqueles que mais falam e escrevem na

língua materna, assim como a presença da língua portuguesa na aldeia. O trabalho apresentado pelos *Pyhcop'catiji*, também buscou identificar o percentual de falantes na língua indígena e em Portuguesa, buscando perceber os fatores que favorecem ou desfavorecem o uso e aprendizado da língua Timbira. Nessa mesma linha foi o trabalho apresentado pelos *Krikati*, que concluiu que entre as faixas etárias os mais velhos são os que mais dominam a língua materna enquanto os mais jovens oscilam entre o uso da língua materna e do português.

Outro trabalho que aborda a escola, articulou a questão do meio ambiente e as formas de transmissão de conhecimentos. Explora a relação dos *Apinajé* com seu território buscando compreender a percepção indígena sobre o ambiente onde vive, estabelecendo uma comparação entre percepções construídas pelos mais velhos e aquelas construída pelos mais jovens. Segundo o autor:

O trabalho envolveu os velhos anciãos das diferentes aldeias (homens e mulheres), os jovens da comunidade da aldeia de São José e da escola Mâtyk. Nesta pesquisa terminei descobrindo que os velhos têm a relação mais ampla tanto com seu território (pela memória que tem dos espaços ocupados tradicionalmente), quanto com a terra indígena atual, por conta de utilizarem mais o espaço do ambiente, enquanto que os jovens têm o conhecimento restrito sobre o seu território, porque utiliza pouco o espaço da terra indígena e conhecem pouco da história de seu território. Neste caso, não tem tempo suficiente para circular no território para as atividades práticas culturais, ficando a maior parte do tempo envolvido com outras atividades do kupê (não-indígenas), em especial o futebol, que interferiram muito na vida cotidiana, sendo a própria escola como uma forma de ocupar esses jovens todo o dia na vida na aldeia. (CASSIANO SOTERO APINAGÉ, 2019)

Desenvolve uma reflexão sobre a presença da escola na vida da aldeia e as formas como interfere no cotidiano *Apinagé*, tecendo a crítica de que a escola se ausenta na formação do conhecimento indígena:

Outra reflexão que faço é a escola atual como responsável pela formação dos seus discentes no conhecimento não-indígena, como também uma referência para os jovens no sentido de estimular para o conhecimento tradicional. O que se percebe, na maioria das vezes, é que a escola se ausenta na formação de conhecimento indígena na prática, realizando ao contrário daquele objetivo de que a escola deve transformar esses conhecimentos em práticas pedagógicas em sala de aula. (CASSIANO SOTERO APINAGÉ, 2019)

No GT sobre a Território e meio ambiente, um dos trabalhos apresentados se dedica a questão da importância da água como fonte de vida. Este trabalho parte do

pressuposto da escassez da água como uma problemática mundial e teve o objetivo sugerir formas para evitar o desperdício da água utilizada na Aldeia Rubiácea, povo *Pyhcop'catiji* /Gavião.

Outro trabalho apresentado no mesmo GT explora a problemática do lixo em uma aldeia *Memortumré*, com um objetivo mais prático de reduzir as consequências nocivas do mau descarte do lixo para o meio ambiente, assim como diminuir o volume do lixo produzido. Aponta uma crítica à queima de lixo, muito utilizada na Aldeia afirmando que a queimada libera gases nocivos à atmosfera, deixa o solo pobre e desperdiça materiais recicláveis. A realização da pesquisa que subsidiou o trabalho incluiu a realização de uma palestra, seguida de aula prática, das quais participaram alunos, professores e outros membros, orientando a coleta do lixo da aldeia.

Apenas um trabalho tratava da questão da saúde, no caso abordando a incidência e as causas da diabetes, uma “doença de branco”. Desenvolve seu argumento a partir da constatação de que na população indígena o número de casos de diabetes vem aumentando, em decorrência do consumo de alimentos industrializados. A conclusão do trabalho sugere ações em favor do extermínio da doença:

Portanto, a comunidade necessita de mudanças nos hábitos alimentares, voltando a consumir mais os alimentos produzidos por ela e trabalhos educativos para explicar o problema da doença  
(VLADMIR RODIPORO CANELA, 2019)

Houve também um trabalho dedicado a descrever a trajetória de uma liderança indígena, apresentado por dois Krikati. Descreve a trajetória de “um guerreiro Krikati, que foi um cacique que uniu o povo Krikati com muito esforço e persistência em um só lugar, para formar uma só aldeia, que hoje é conhecida como a Aldeia Grande” Segundo os autores:

A importância de realizar este trabalho é contar a história dos povos indígenas pelos próprios indígenas e para os não indígenas conhecerem os fatos reais das histórias indígenas e ainda ajudar a levantar novas lideranças para lutar pelos direitos da comunidade e fortalecer a união do povo Krikati e mostrar que a memória é fundamental para manter vivo os nossos heróis (CONRADO MANTOHC KRIKATI e DIOLINA JO'HYH KRIKATI, 2019)

Os trabalhos apresentados no GT Saberes indígenas: mitos, rituais e festas estão em sua maioria relacionados aos rituais. O trabalho de Paulo Belizário Gavião é sobre



os rituais de resguardo *Pyhcop'catiji*. A pesquisa que o subsidiou partiu da preocupação em manter vivos e fortalecidos esses rituais. Segundo o autor:

O referido tema faz parte de um ritual muito bonita e sagrada para o nosso povo. Pois a mesma é praticada durante a gravidez, durante o nascimento de uma criança, na cirurgia de um indivíduo, na doença apresentada em um indivíduo, na menstruação de uma mulher, na plantação de roça, na picada de cobra e para alguém que quer ser um bom atleta, ou que pretende ser um bom corredor entre outros. (PAULO BELIZÁRIO GAVIÃO, 2019)

Deylane Barros P. Pinto explora em seu trabalho o ritual de reclusão e confirmação dos nomes pessoais denominado *Ruurut*, e realizado pelo povo indígena *Pyhcop'catiji/Gavião*. Busca apresentar e descrever as quatro fases desse rito de passagem, fazendo uma breve discussão sobre as transformações históricas nele ocorridas. Conforme a autora:

O objetivo desse trabalho é contribuir para o entendimento destas transformações e, por conseguinte, da sociedade *Pyhcop'catiji*. Através do registro e análise de entrevistas e fontes históricas e bibliográficas, são apresentadas informações sobre os processos de mudança nos aspectos tradicionais deste povo e na continuidade dos rituais. (DEYLANE BARROS P. PINTO, 2019)

Os *Memõrtumre/Canela* produziram um trabalho sobre um ritual, que no caso em pauta está sendo vivenciado por um dos autores. Buscam com esse trabalho analisar a maneira como esse povo afirma a sua identidade, mediante a manutenção de rituais que revelam diversos aspectos da sua organização política e social.

Buscamos aqui apresentar os principais ritos que envolvem a construção do *Tep Jarikwa*, a “festa” que envolve a consagração de homens e mulheres Canela para funções sociais e políticas distintas ao longo das suas vidas. Discutimos também sobre como se configura a instituição dos rapazes Canela como sendo “bons corredores e caçadores”, apontando, por conseguinte, o caráter educativo dos ritos para moças solteiras que recebem aconselhamentos das mulheres casadas, durante o ritual. (JOSÉ CARLOS JITE SOBRINHO CANELA e CLICIANE COSTA FRANÇA, 2019)

Os títulos dos trabalhos apresentados indicam que suas temáticas e objetivos estão relacionados ao cotidiano dos apresentadores em suas aldeias. Em grande parte, são temáticas que foram motivadas pelas disciplinas que estavam cursando na LIEBI. Esse é o caso, por exemplo, dos trabalhos relacionados a mapeamento linguístico, tarefa proposta pelo professor da disciplina Língua Indígena Timbira, Prof. Dr. Aldir Santos de Paula e dos trabalhos voltados para a questão ambiental, estimulados pela disciplina Diversidade biológica, ecológica e conservação dos seres vivos ,ministrada pela Profa.Dr<sup>a</sup> Andréa Christina Gomes de Azevedo Cutrim.

No entanto, cabe observar que a seleção das temáticas dos trabalhos assim como seu conteúdo expressam o cotidiano da vida nas aldeias orientado por uma perspectiva do saber ocidental. Não fosse o ingresso no ensino superior e o contato com uma literatura pautada no conhecimento dito universal, eurocêntrico, os Timbira provavelmente não estariam preocupados em realizar um mapeamento linguístico em suas aldeias, da mesma forma que o meio ambiente não se constituiria como uma problemática a ser pesquisada.

Mas, conforme colocou Maritza Montero (1998), referindo-se ao que ocorre na América Latina, é possível falar da existência de “um modo de ver o mundo, de interpretá-lo e de agir sobre ele”. E, por isso, não se pode afirmar que, mesmo diante da hegemonia dos saberes eurocêntricos nesses processos formativos, os indígenas meramente reproduzem as epistemologias ocidentais presentes nos saberes acadêmicos adquiridos. Para além da dimensão da ‘aquisição’, é possível vislumbrar essa relação nos termos de uma apropriação.

Quadro nº 3: Trabalhos apresentados por povo, autoria e temática

<b>Temática</b>	<b>Autoria</b>	<b>Povo</b>	<b>LIEBI</b>
Escola e meio ambiente	Única	<i>Apinagé</i>	Não
Mapeamento linguístico	04	<i>Memortumré/Canela</i>	Sim
Diabetes na aldeia	Única	<i>Memortumré/ Canela</i>	Sim
Ritual de consagração	02	<i>Memortumré/ Canela</i>	Sim
Meio ambiente e lixo	Única	<i>Memortumré/ Canela</i>	
Mapeamento linguístico	03	<i>Krikati</i>	Sim
História de uma liderança	02	<i>Krikati</i>	Sim
Mapeamento linguístico	02	<i>Pyhcop'catiji/Gavião</i>	Sim
Uso consciente da água	Única	<i>Pyhcop'catiji/Gavião</i>	Sim
Resguardos dos <i>Pyhcop'catiji</i>	Única	<i>Pyhcop'catiji/Gavião</i>	Sim
Ritual de nomeação	Única	<i>Pyhcop'catiji/Gavião</i>	Não

Como podemos observar no quadro acima, apenas dois timbira que apresentaram trabalhos não eram alunos da LIEBI. Um deles é graduado pela Licenciatura Intercultural Indígena da UFG e a outra ainda está cursando a mesma licenciatura.

Os *Memortumré* e os *Pyhcop'catiji* apresentaram o maior número de trabalhos, um total de quatro por povo, mas considerando as co-autorias o número de pesquisadores *Memortumré*, que foram oito, ultrapassa o quantitativo dos *Pyhcop'catij*, que se iguala ao dos Krikati, num total de cinco pesquisadores.

A apresentação de trabalho em co-autoria foi plenamente efetivada pois o tempo de apresentação de cada trabalho foi distribuído de modo que cada co-autor expusesse parte do conteúdo.

O elenco dos trabalhos apresentados nos permite observar que sua construção ocorre em um entre lugar, uma zona fronteira onde os conteúdos e estruturas acadêmicas são apropriados para expor aspectos e problemáticas do cotidiano das aldeias e, também, para vitalizar a dinâmica cultural desses povos. Podemos perceber nesse movimento o que Carvalho (2001) afirma no sentido de que o nativo constrói sua alteridade segundo o modo em que retruca, de um lugar subalterno, o olhar do colonizador sobre si.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar as experiências dos povos indígenas no ensino superior a partir de sua constituição e produção intelectual nos conduz àquilo que inicialmente chamamos de 'desdobramentos epistemológicos', o cruzamento assimétrico entre fontes de saberes ocidentais e ameríndias. Esse cruzamento pode ser pensado como fonte de produção de violências epistêmicas, bem como espaços de travessia política incorporados às diversas lutas indígenas.

Porém, insistimos em argumentar que esses 'desdobramentos'/'cruzamentos' podem também ser pensados como fonte de produção de "arranjos gnosiológicos". Esses arranjos seriam esboços da "gnose liminar" apresentada por Mignolo (2003), ou seja, uma primeira tentativa de romper com a "colonialidade do saber" (QUIJANO, 2005) que se manifestou nas realidades indígenas sobretudo, a partir da formação escolar.

Vislumbramos "arranjos gnosiológicos" todas as vezes em que presenciamos indígenas apresentando seus pontos de vista acerca das lógicas e pelas lógicas dos não

indígenas. Pontos de vista que revelam a dinâmica de formação e atualização da sagacidade ameríndia frente aos processos diversos que atravessam suas realidades.

Vimos nesses arranjos “viagens”, tanto no sentido do exercício intelectual de produzir uma explicação analítica sobre uma questão debatida, como no sentido do deslocar-se entre o imaginário das experiências locais e das vivências formativas. Dessas viagens, se torna possível sugerir que o encontro desses dois universos, agora “interculturalmente” aproximados, pode produzir estratégias e ferramentas para o fortalecimento das lutas indígenas.

Portanto, os “arranjos gnosiológicos”, mais do que representar o acúmulo individual de conhecimentos para esses povos, podem ser pensados como uma experiência coletiva de produção do conhecimento, por meio de uma apropriação intercultural dos saberes não indígenas pelos indígenas, com vistas a obter autonomia intelectual frente às questões dos direitos indígenas, como saúde e educação específicas e questões territoriais.

Finalmente, consideramos que estas experiências político-pedagógicas que partem e se efetuam nos e para além dos territórios indígenas nos permitem pensar em processos pedagógicos dialógicos e decoloniais que possibilitam a desconstrução dos moldes da educação colonial-moderna.

## Referências

APINAGÉ, C. S. Escola, meio ambiente e conhecimentos: formas de aprender e ensinar na teoria e na prática entre os Apinajé. Trabalho apresentado no VII Seminário Timbira. São Luís: UFMA/UEMA, 2019.

BANIWA, e HOFFMANN, M.B. Introdução. In: CINEP, Olhares indígenas contemporâneos. Brasília, 2010.

BERGAMASCHI, M. A. DOEBBER, M, BRITO, P.O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. Rev. bras. Estudos pedagógicos, Brasília, v. 99, n. 251, p.37-53, jan./abr. 2018.

BERGAMASCHI, M.A. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. Tellus, v. 14, n. 26, p. 11-29, jan./jul. 2014; Campo Grande, MS.

CANELA, V. R. Diabetes na aldeia Escalvado – povo Canela. Trabalho apresentado no VII Seminário Timbira. São Luís: UFMA/UEMA, 2019.

CANELA, J. C. J. S. e FRANÇA C. C. *Tep jarikwa*: “a festa do peixe” entre os Canela da terra indígena *Memõrtumre* – Ma Trabalho apresentado no VII Seminário Timbira. São Luís: UFMA/UEMA, 2019.

CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: Horizontes antropológicos, ano 7, nº15. Porto Alegre, 2001.

GAVIÃO, P. B. Resguardo do povo gavião. Trabalho apresentado no VII Seminário Timbira. São Luís: UFMA/UEMA, 2019.

KRIKATI, C.M. e KRIKATI, D. J. Cacique guerreiro: A história de Francisco Milhomem. Trabalho apresentado no VII Seminário Timbira. São Luís: UFMA/UEMA, 2019.

KOPENAWA, D. ALBERT, B. A queda do céu Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LISBOA, J.F.K. Escolarização e intelectuais indígenas: da formação à emancipação. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 11, n. 2, p. 20-51 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/viewFile/26074/pdf>. Acesso em: 09 out. 2017.

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154565>. Acesso em: 14 abr. 2019.

MONTERO, Maritza. Paradigmas, conceptos y relaciones para una nueva era. Como pensar las Ciências Sociales desde America Latina. Caracas: Dirección de Estudios de Postgrado/Facultad de Ciencias Económicas y Sociales/ Universidad Central de Veezuela, 1998.

NASCIMENTO, Mirthis Elizabeth Costa do. Intelectualidade indígena no Brasil: o mapa da questão. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curso de História. Natal, RN, 2017.

PALADINO, M. Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. In: BERGAMASCHI, M. A.; NABARRO, E.; BENITES, A. (Orgs.). Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.

PINTO, D. B. As transformações históricas no ritual de *ruurut*: aspectos etnográficos do cerimonial de iniciação de jovens indígenas *Pyhcop'catiji*/gavião

RODRIGUES, U.C. O que você veio fazer na sala de aula? Intelectuais indígenas brasileiros e a educação. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará-PPGED/UFPA, 2019.